



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Setembro/2025 #55



**Universidade
de Fortaleza**



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Setembro/2025 #55

Reitoria

Reitor Randal Martins Pompeu

Vice-reitoria de Graduação

Vice-reitora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Diretora do Centro de Ciências da Comunicação e Gestão - CCG UNIFOR

Profa. Danielle Batista Coimbra

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Prof. Felipe Albuquerque Sobral e Silva

Coordenador do Curso de Economia UNIFOR

Prof. Allisson David de Oliveira Martins

Coordenador do Núcleo de Pesquisas Econômicas -
NUPE

Prof. Nicolino Trompieri Neto

Curso de Economia UNIFOR / Professor



APRESENTAÇÃO

A Universidade de Fortaleza – Unifor, na sua missão de “contribuir para o desenvolvimento humano por meio da formação de profissionais de excelência e da produção do conhecimento”, reconhecida entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, avança mais uma etapa, na seara de estudos econômicos, ao estruturar documento econômico fundamentado em bases científicas sólidas e robustas.

O Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe, vinculado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, tem a satisfação de apresentar à sociedade cearense mais um número do Boletim Econômico, publicação que analisa o desempenho das economias, no mundo e brasileira, e em especial do Ceará. O Boletim Econômico Nupe é elaborado pelos alunos da disciplina Técnicas em Pesquisas Econômicas, com a orientação e supervisão dos professores do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe. Nosso boletim oferece à sociedade cearense, por meio de uma linguagem simples e acessível, informações que contribuem para um maior entendimento da situação presente e das perspectivas da economia para os próximos anos, e, dessa forma, colabora para a formação de uma sociedade reflexiva e de senso crítico, capaz de promover as transformações econômicas e sociais necessárias para a tão almejada arrancada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País.

Essa 55ª edição do Boletim Econômico inicia com o artigo de opinião assinado por José Wilker de Sousa Martins, egresso do curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, intitulado **“A Efetividade da Política Monetária no Brasil e Regiões: O Papel do Crédito na Transmissão da Taxa Selic”**. Na sequência da presente edição o leitor encontrará um panorama sobre a economia internacional e nacional com projeções do PIB das principais economias para o biênio 2025-2026; o comportamento da taxa de câmbio, da Selic, da inflação e do mercado de trabalho. Destaque especial no presente documento para as previsões elaboradas para o PIB do Brasil e do Ceará para os anos de 2025 e 2026 em três cenários possíveis: pessimista, provável e otimista.

Boa Leitura!

OPINIÃO:

A EFETIVIDADE DA POLÍTICA MONETÁRIA NO BRASIL E REGIÕES: O PAPEL DO CRÉDITO NA TRANSMISSÃO DA TAXA SELIC

José Wilker de Sousa Martins¹

O presente texto de opinião investiga a política monetária, principal instrumento de estabilização macroeconômica no Brasil, tendo na taxa Selic seu mecanismo central de controle da estabilidade dos preços e de regulação da liquidez, por meio do canal de transmissão do crédito. Desde a adoção do Regime de Metas de Inflação, em 1999, o Banco Central do Brasil (BCB) passou a ajustar os juros básicos conforme as expectativas inflacionárias e a atividade econômica. Entretanto, a expansão do crédito — cuja relação crédito/PIB passou de 25,8% em 2002 para 53,2% em 2022 — pode ter alterado a sensibilidade da economia às variações da Selic, indicando maior dependência da economia em relação ao crédito bancário. Diante disso, o presente estudo analisa como os choques de política monetária são transmitidos via canal do crédito, tanto no nível nacional quanto nas grandes regiões do Brasil, entre 2004 e 2022.

A literatura clássica (Friedman, 1968; Keynes, 1936) define a política monetária como o controle da liquidez e do custo do dinheiro para atingir a estabilidade de preços e o crescimento econômico. A política monetária influencia o comportamento das variáveis macroeconômicas por meio de diferentes canais de transmissão, entre eles o das taxas de juros e o do crédito. O canal das taxas de juros atua diretamente sobre o custo do capital e as decisões de consumo e investimento, enquanto o canal do crédito afeta a economia ao alterar o preço e a disponibilidade de recursos para famílias e empresas. No caso brasileiro, a importância do crédito aumentou significativamente com o fortalecimento do sistema financeiro e a expansão do crédito. Contudo, essa mesma característica introduz heterogeneidades regionais, pois regiões com mercados financeiros menos desenvolvidos tendem a responder de forma mais lenta e menos intensa aos choques monetários.

O estudo emprega um Modelo Vetorial com Correção de Erro (VECM), utilizando dados mensais de 2004 a 2022. As variáveis consideradas foram: taxa Selic, IPCA, crédito total, spread bancário e atividade econômica (IBC-BR e IBCR). Foram aplicados testes de raiz unitária (ADF) e cointegração de Johansen, confirmando a existência de relações de equilíbrio de longo prazo entre as variáveis. As Funções Impulso-Resposta (IRFs) permitiram observar os efeitos dinâmicos de um choque de 1 p.p. na Selic sobre as demais variáveis ao longo de 24 meses.

Em nível nacional, os resultados mostram que um aumento na taxa Selic provoca queda persistente na inflação e na atividade econômica — 0,9% e 0,4%, respectivamente, entre 8 e 10 meses —, corroborando a eficácia do instrumento monetário. Já o canal do crédito responde de maneira moderada e defasada, com redução de 0,6% após 12 meses, indicando que o sistema bancário ajusta lentamente o volume de empréstimos diante de mudanças na Selic. O spread bancário, por sua vez, aumenta de forma imediata e persistente, em 0,12 p.p. nos primeiros três meses, amplificando os efeitos contracionistas.

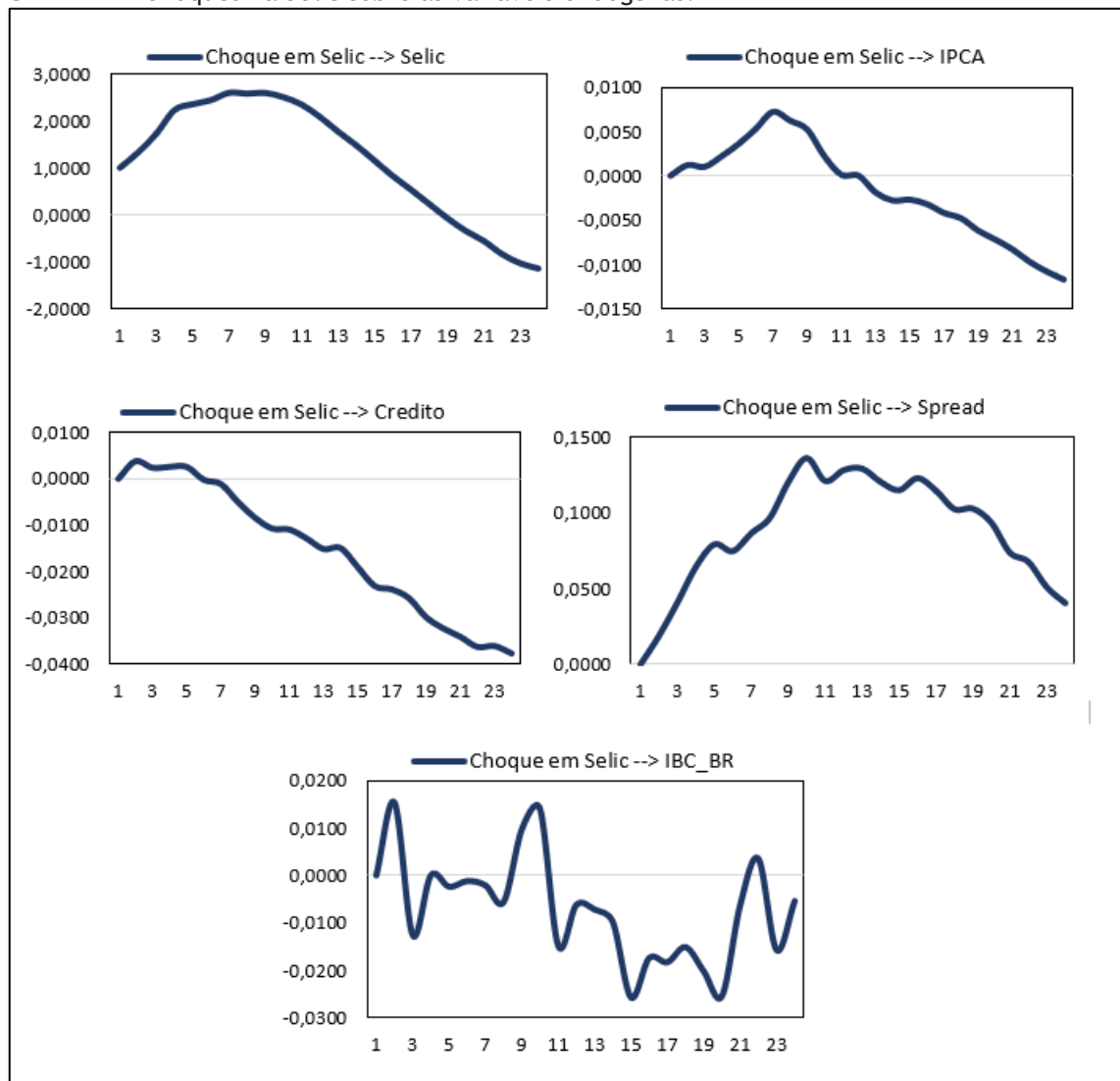
A análise regional evidencia forte heterogeneidade na transmissão da política monetária. Norte e Nordeste apresentaram respostas mais suaves e tardias do crédito, refletindo menor profundidade financeira e maior dependência de bancos públicos. Já Sudeste, Sul e Centro-Oeste registraram reações mais intensas e rápidas, associadas a mercados financeiros mais diversificados e à predominância do crédito livre. Isso mostra que, enquanto nas regiões mais desenvolvidas o crédito e a atividade econômica reagem rapidamente ao aumento dos juros, nas regiões menos integradas o impacto é mais limitado, o que reduz a eficácia da política monetária em nível agregado.

Os resultados indicam que a política monetária brasileira é efetiva em conter a inflação e influenciar o nível de atividade econômica, mas seu canal de transmissão via crédito é

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Unifor.

heterogêneo. A Selic exerce papel ativo na correção de desequilíbrios de longo prazo, embora sua capacidade de afetar o crédito dependa da estrutura financeira regional. Conclui-se que a política monetária no Brasil enfrenta o desafio de atuar sobre um sistema financeiro heterogêneo, em que a eficácia dos juros varia conforme o grau de desenvolvimento econômico e bancário das regiões.

Gráfico 1 - Choques na Selic sobre as variáveis endógenas.



Fonte: Elaborado pelo autor estimado em Python; (Biblioteca: statsmodels).

Nota: Os gráficos representam a reação das variáveis endógenas a um impulso de 1 p.p na Selic em Nível.

CENÁRIO MUNDIAL

Entre 2024 e 2026, o cenário econômico internacional revela um crescimento global moderado e desigual, com disparidades marcantes entre as regiões. Fatores como a inflação persistente, os juros elevados, as tensões geopolíticas e as transformações nas cadeias globais de suprimento continuam impactando o desempenho das economias. Ao mesmo tempo, a transição energética e os avanços tecnológicos abrem espaço para novas oportunidades, especialmente nos países que investem em inovação e na diversificação produtiva.

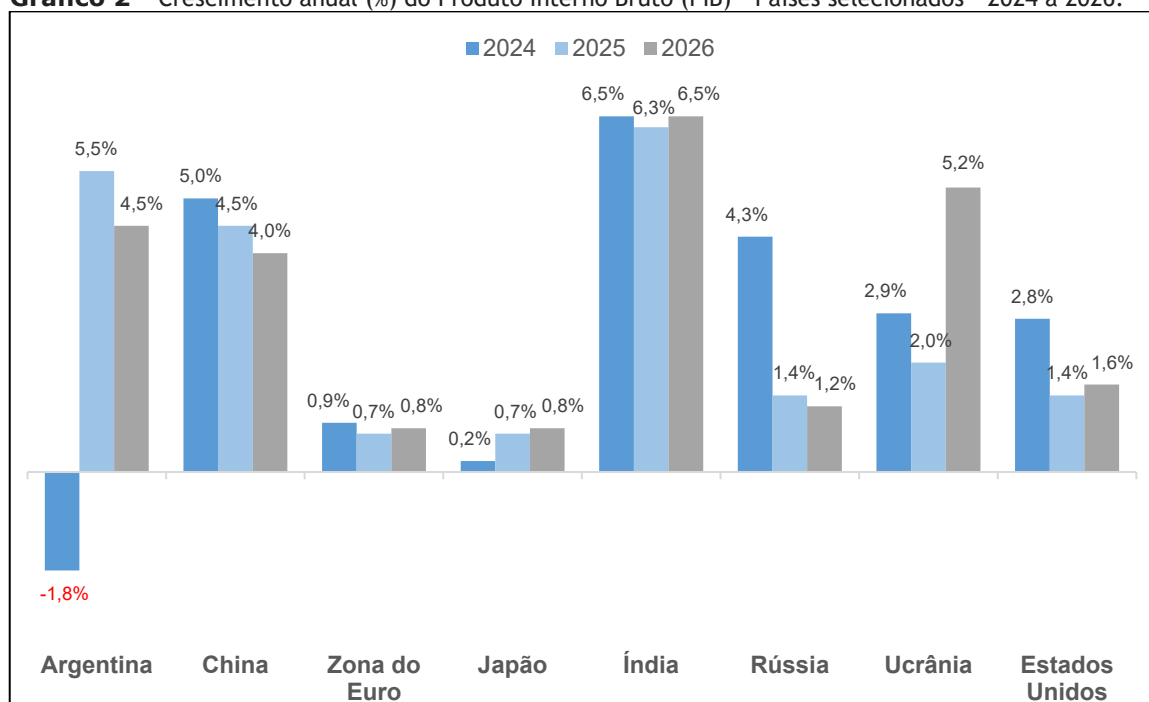
Nas economias desenvolvidas, o crescimento tem se mostrado limitado. Em 2024, os Estados Unidos registraram expansão de 2,8%, mas as projeções indicam desaceleração nos anos seguintes. A

Zona do Euro manteve um ritmo fraco, com recuperação ainda frágil, enquanto o Japão se destacou com expectativa de forte aceleração em 2025, impulsionado por estímulos econômicos e pelo consumo interno, embora continue enfrentando entraves estruturais.

Entre os emergentes, a China apresentou um crescimento mais contido, ao passo que a Índia manteve um ritmo elevado e consistente, sustentado por investimentos e reformas estruturais. Outros países seguiram trajetórias específicas: a Rússia enfrentou forte volatilidade, em razão da dependência de commodities e das sanções econômicas; a Argentina buscou recuperação após uma contração significativa em 2024; e a Ucrânia seguiu em processo de reconstrução, com apoio internacional e sinais de melhora gradual.

Em síntese, o panorama global permanece incerto e heterogêneo. A conjuntura exige dos países um delicado equilíbrio entre políticas monetárias restritivas e medidas de estímulo ao crescimento. Destacam-se aqueles que conseguirem fortalecer sua economia doméstica e ampliar os investimentos em tecnologia e inovação.

Gráfico 2 - Crescimento anual (%) do Produto Interno Bruto (PIB) - Países selecionados - 2024 a 2026.



Fonte: World Bank, Global Economic Prospects database - Atualizado em 10/06/2025.

CENÁRIO NACIONAL

A economia brasileira apresentou desempenho positivo no segundo trimestre de 2025, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT). O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,4% em relação ao trimestre anterior, já considerando os efeitos sazonais. Apesar da leve aceleração, o resultado refletiu uma recuperação heterogênea entre os setores produtivos e sinais de cautela no investimento privado.

Pela ótica da oferta, os setores de serviços e indústria impulsionaram o crescimento, com altas de 0,6% e 0,5%, respectivamente. Já a agropecuária registrou leve retração de 0,1%, interrompendo o ritmo de crescimento observado nos trimestres anteriores. Ainda assim, no acumulado de 12 meses, a agropecuária segue como destaque, com expansão robusta de 5,8%.

Na ótica da demanda, o principal motor da atividade econômica foi o consumo das famílias, que registrou crescimento de 0,3% no trimestre, mantendo-se como o principal sustentáculo da economia. Em contrapartida, houve queda de 2,2% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), sinalizando um ambiente de maior cautela por parte das empresas em relação a investimentos. As

exportações cresceram 0,7%, enquanto as importações recuaram 2,9%, contribuindo para um saldo externo positivo.

Na comparação com o segundo trimestre de 2024, o PIB brasileiro avançou 2,2%. O setor agropecuário cresceu 10,1%, impulsionado por boas condições climáticas e ganhos de produtividade. A indústria teve expansão de 1,1% e os serviços, de 2,0%. Do lado da demanda, destacaram-se o aumento de 4,1% na FBCF, o crescimento de 1,8% no consumo das famílias e alta de 2,0% nas exportações.

Quadro 1 – Produto Interno Bruto e Componentes da Demanda - Brasil - 1º Trimestre de 2025.

Período de Comparação	Indicadores								
	Ótica da Oferta			PIB	Ótica da Demanda				
	AGRO.	INDUS.	SERV.		FBCF	CONS. FAM.	CONS. GOV.	Export.	Import.
2º Trimestre de 2025/1º Trimestre de 2025 (%) (Com ajuste Sazonal)	-0,1%	0,5%	0,6%	0,4%	-2,2%	0,5%	-0,6%	0,7%	-2,9%
2º Trimestre de 2025/2º Trimestre de 2024 (%)	10,1%	1,1%	2,0%	2,2%	4,1%	1,8%	0,4%	2,0%	4,4%
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	10,1%	1,7%	2,0%	2,5%	6,6%	2,2%	0,7%	1,6%	9,0%
Acumulado em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	5,8%	2,4%	2,9%	3,2%	8,3%	3,4%	1,0%	1,2%	12,8%
Valores Correntes no 2º Trimestre de 2025 (R\$)	239,1 bilhões	638,0 bilhões	1,9 trilhão	3,2 trilhões	582,2 bilhões	2,0 trilhões	583,9 bilhões	581,3 bilhões	552,7 bilhões
Taxa de Investimento (FBCF/PIB) no 2º Trimestre de 2025 = 16,8%									
Taxa de Poupança (POUP/PIB) no 2º Trimestre de 2025 = 16,8%									

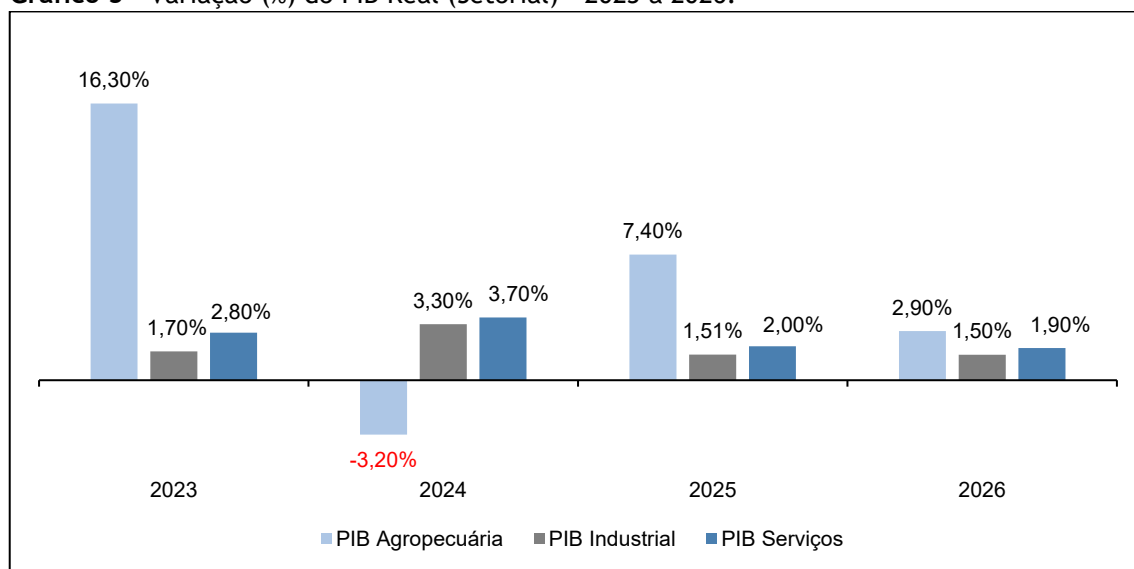
Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE. Elaboração Nupe/Unifor.

No acumulado dos quatro trimestres encerrados em junho de 2025, o PIB cresceu 3,2% em relação ao período anterior. A expansão foi sustentada principalmente pelos setores de agropecuária (5,8%), serviços (2,9%) e indústria (2,4%). Na demanda, os destaques foram o avanço de 8,3% da FBCF e de 3,4% no consumo das famílias. As importações aumentaram 12,8%, superando o ritmo das exportações (+1,2%).

Em valores correntes, o PIB no segundo trimestre somou aproximadamente R\$ 3,2 trilhões, com os serviços respondendo por R\$ 1,87 trilhão, seguidos pela indústria (R\$ 637,99 bilhões) e agropecuária (R\$ 239,05 bilhões). Do lado da demanda, o consumo das famílias totalizou R\$ 1,98 trilhão, confirmando sua relevância como principal componente da demanda agregada. A taxa de investimento (FBCF/PIB) foi de 16,8%, mesma proporção registrada na taxa de poupança (POUP/PIB).

De forma geral, o segundo trimestre de 2025 evidenciou uma economia em expansão moderada, apoiada na demanda interna, especialmente no consumo das famílias e na força do setor de serviços. A retração nos investimentos e o crescimento lento da indústria indicam desafios para a sustentação de taxas de crescimento mais elevadas.

Gráfico 3 - Variação (%) do PIB Real (Setorial) - 2023 a 2026.



Fonte: IBGE e Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

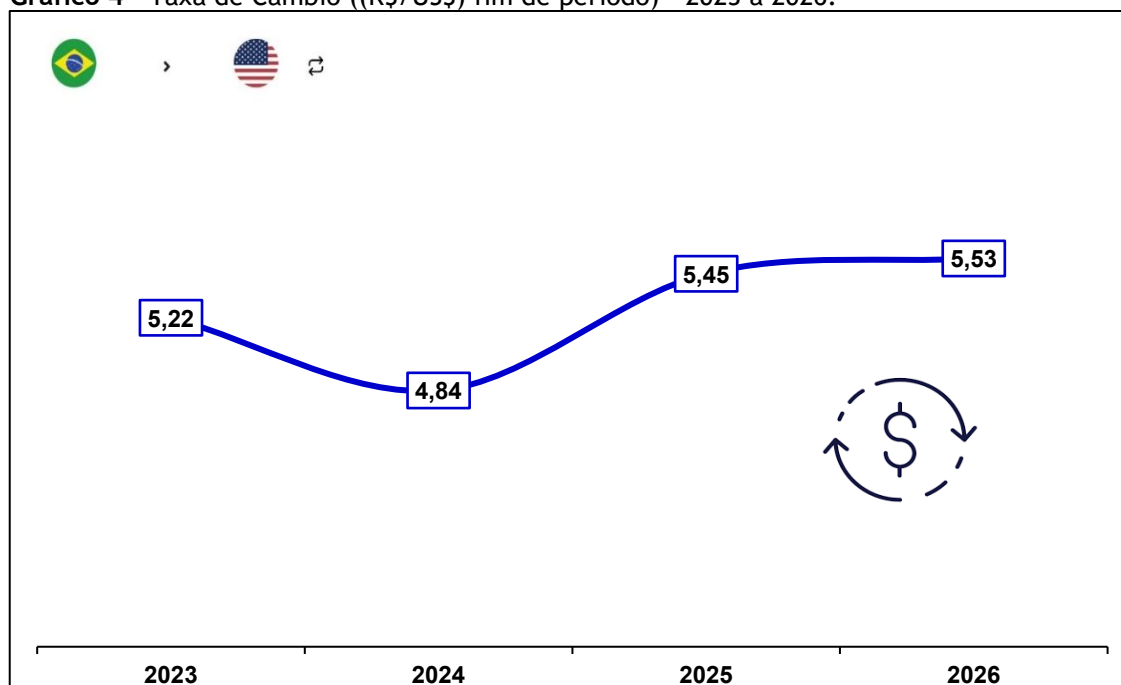
A análise do desempenho setorial do PIB brasileiro entre 2023 e 2026 revela dinâmicas distintas entre os principais setores da economia. O ano de 2023 foi marcado por um crescimento expressivo da Agropecuária, que avançou 16,3%, impulsionando significativamente o resultado agregado da economia. Em contraste, os setores Industrial e de Serviços registraram crescimentos mais moderados, de 1,7% e 2,8%, respectivamente. Esses resultados formaram a base para as projeções dos anos seguintes.

Em 2024, foi observada uma forte desaceleração no setor agropecuário, com queda de 3,2%. Ainda assim, a atividade econômica mantém viés positivo, sustentada pelo crescimento da Indústria (+3,3%) e dos Serviços (+3,7%), que atenuam os efeitos negativos oriundos do setor primário. Essa disparidade evidencia uma mudança na composição do crescimento econômico, com menor protagonismo do campo.

As projeções para 2025 e 2026, segundo a mediana das expectativas do Relatório Focus, apontam para um crescimento mais modesto e equilibrado entre os setores. Em 2025, a agropecuária deve apresentar recuperação relevante, com alta de 7,5%, enquanto a Indústria (1,5%) e os Serviços (1,97%) mantêm ritmos mais contidos. Já em 2026, espera-se uma convergência nas taxas de crescimento, com a agropecuária avançando 2,55%, a indústria mantendo-se em 1,5% e os serviços crescendo 1,9%.

Em síntese, o período entre 2023 e 2026 é caracterizado por alta volatilidade na agropecuária, que alterna entre papel de motor do crescimento e de freio conjuntural. Por outro lado, indústria e serviços demonstram maior estabilidade e resiliência, com desempenho positivo ao longo de todo o período. Essa heterogeneidade entre os setores reforça a necessidade de políticas econômicas capazes de acomodar diferentes ritmos e dinâmicas produtivas, assegurando uma trajetória de crescimento mais equilibrada e sustentável.

Gráfico 4 - Taxa de Câmbio ((R\$/US\$) fim de período) - 2023 a 2026.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

A trajetória da taxa de câmbio Real/Dólar entre 2023 e 2025 tem sido marcada por forte volatilidade, refletindo tanto fatores internos quanto externos que afetam a percepção de risco do Brasil frente aos mercados globais.

Em 2023, a cotação do dólar iniciou o ano em torno de R\$ 5,22, influenciada pelo ambiente de política monetária restritiva adotada pelo Banco Central. A taxa Selic elevada atraiu fluxo de capitais estrangeiros, em busca de maiores retornos, o que gerou um breve período de valorização do Real. Esse movimento levou a cotação a atingir R\$ 4,84 em 2024, sinalizando otimismo temporário com o cenário macroeconômico.

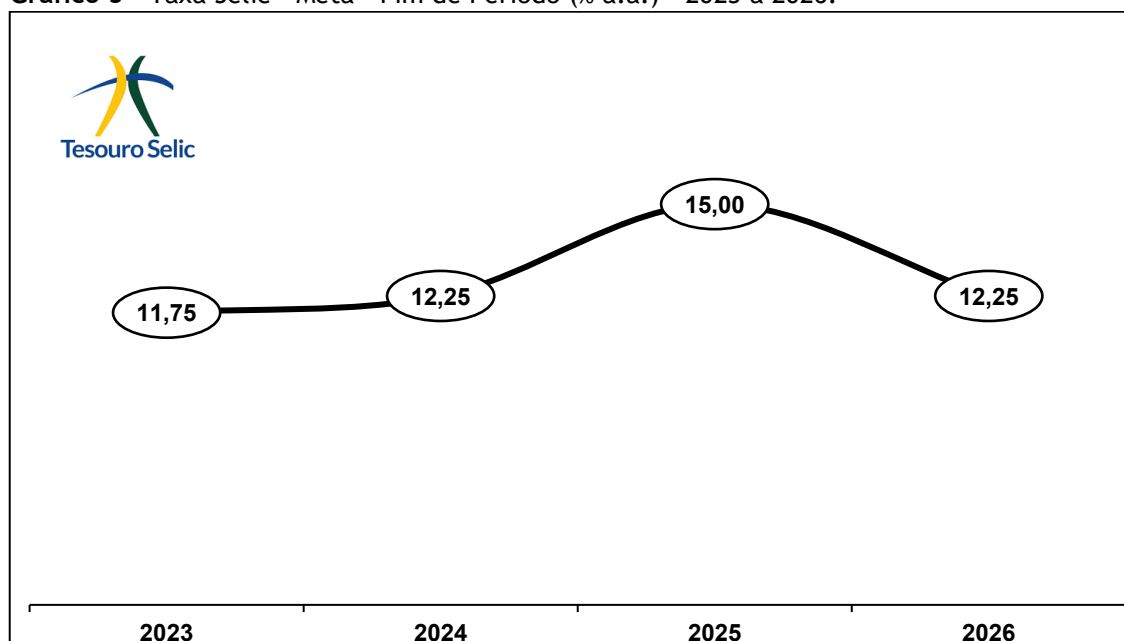
No entanto, esse cenário positivo foi revertido ainda em 2024, quando o câmbio sofreu forte desvalorização. A reversão foi impulsionada pelo aumento da percepção de risco doméstico, sobretudo em razão das incertezas fiscais, da dificuldade de cumprimento das metas orçamentárias e do debate sobre a sustentabilidade da dívida pública. Esses elementos fragilizaram a confiança dos investidores, pressionando a taxa de câmbio para cima.

No contexto externo, a manutenção de juros elevados nos Estados Unidos reforçou a tendência de saída de capitais de mercados emergentes, incluindo o Brasil. Esse movimento ampliou ainda mais a desvalorização do Real, num ambiente já marcado por fragilidades fiscais e instabilidade institucional.

As projeções de mercado, segundo o Relatório Focus, indicam que esse cenário deve persistir no curto e médio prazo. Para 2025, a cotação do dólar deve se manter em R\$ 5,45, enquanto para 2026, a expectativa é de uma nova alta, com o câmbio atingindo R\$ 5,53. A continuidade da desvalorização da moeda brasileira reflete uma precificação de risco estrutural por parte dos agentes econômicos, associada à complexidade do ajuste fiscal e à incerteza quanto à trajetória da dívida pública.

Em síntese, a evolução da taxa de câmbio entre 2023 e 2026 evidencia a vulnerabilidade do Real frente a choques externos e internos. A manutenção do câmbio em patamares elevados representa um desafio adicional para a política monetária e para o controle inflacionário, ao mesmo tempo em que sinaliza a importância de avanços consistentes na agenda fiscal como elemento-chave para a recuperação da confiança e estabilização do mercado cambial.

Gráfico 5 - Taxa Selic - Meta - Fim de Período (% a.a.) - 2023 a 2026.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

A taxa Selic manteve-se como o principal instrumento da política monetária brasileira, refletindo os esforços do Banco Central em equilibrar o combate à inflação, a estabilidade macroeconômica e o estímulo ao crescimento. Os últimos anos foram marcados por um ambiente desafiador, com volatilidade externa, pressões fiscais internas e um cenário de credibilidade econômica fragilizada, que exigiu posturas mais conservadoras por parte do Comitê de Política Monetária (Copom).

Em 2024, apesar de alguns sinais de arrefecimento inflacionário e da desaceleração da atividade econômica, a Selic encerrou o ano em 12,25% ao ano. A decisão refletiu uma postura cautelosa diante da instabilidade política, do desequilíbrio fiscal e de incertezas no cenário internacional. No final do ano, o Copom surpreendeu o mercado ao interromper o ciclo de cortes e iniciar uma sequência de elevações, justificadas por riscos crescentes sobre a trajetória da inflação e o aumento do prêmio de risco.

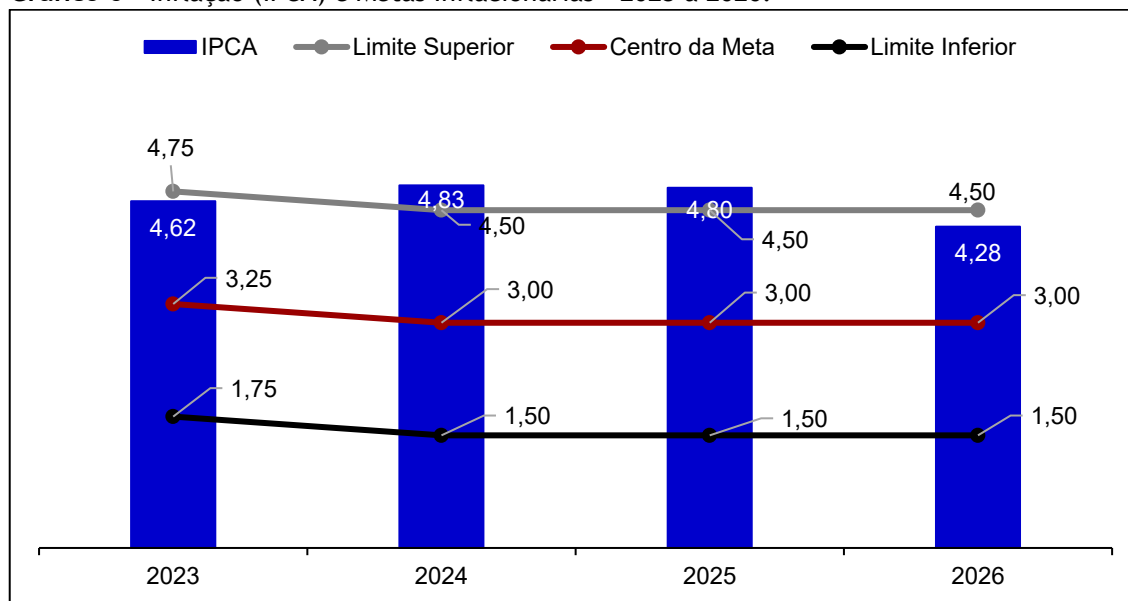
Em 2025, o ciclo de aperto monetário se intensificou. A Selic atingiu o maior patamar em duas décadas, alcançando 15,00% ao ano após sete elevações consecutivas. Na ata de junho, o Copom destacou a permanência de um ambiente global adverso, com incertezas sobre a política monetária dos Estados Unidos e impacto direto no fluxo de capitais e na confiança dos investidores. Internamente, o quadro era agravado por expectativas inflacionárias desancoradas, resiliência da atividade econômica, pressões no mercado de trabalho e gastos públicos elevados.

A partir do segundo semestre de 2025, o Banco Central optou por manter a Selic inalterada, sinalizando uma pausa estratégica para avaliação dos efeitos cumulativos da política monetária sobre a economia real. A manutenção da taxa nos meses de julho, agosto e setembro reforçou a percepção de que o ciclo de alta havia chegado ao fim, abrindo espaço para discussões sobre uma possível inflexão na política de juros.

Para 2026, as projeções do mercado apontam para uma redução gradual da taxa Selic para 12,25% ao ano, acompanhando a melhora no ambiente fiscal e a expectativa de convergência da inflação à meta oficial. A possível flexibilização monetária também deve ser favorecida pelo início de um ciclo de cortes de juros em economias avançadas, como os Estados Unidos e a União Europeia.

No entanto, o cenário estrutural ainda impõe limites à redução sustentável dos juros. A persistência de riscos fiscais, o baixo nível de produtividade, a rigidez do orçamento público e a dependência excessiva da política monetária para o controle inflacionário dificultam a queda consistente das taxas de juros reais no Brasil. Tais fatores obrigam o Banco Central a adotar uma postura frequentemente contracionista, mesmo diante de sinais de desaceleração econômica.

Gráfico 6 - Inflação (IPCA) e Metas Inflacionárias - 2023 a 2026.



Fonte: IBGE e Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, é o principal indicador da inflação no Brasil. Ele mede a variação de preços de uma cesta de consumo de famílias com renda entre 1 e 40 salários-mínimos e é a principal referência para o regime de metas de inflação, além de ser utilizado como base para a condução da política monetária.

Entre 2023 e 2026, o comportamento do IPCA evidencia a persistência inflacionária no país, mesmo diante de uma política monetária marcadamente restritiva. A meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) foi de 3,25% em 2023 e de 3,00% entre 2024 e 2026, com tolerância de $\pm 1,5$ ponto percentual.

Em 2023, o IPCA fechou em 4,62%, dentro do intervalo de tolerância (1,75% a 4,75%), mas acima do centro da meta, refletindo um cenário ainda pressionado por fatores como desvalorização do real, choques climáticos que afetaram os preços dos alimentos, e instabilidade fiscal.

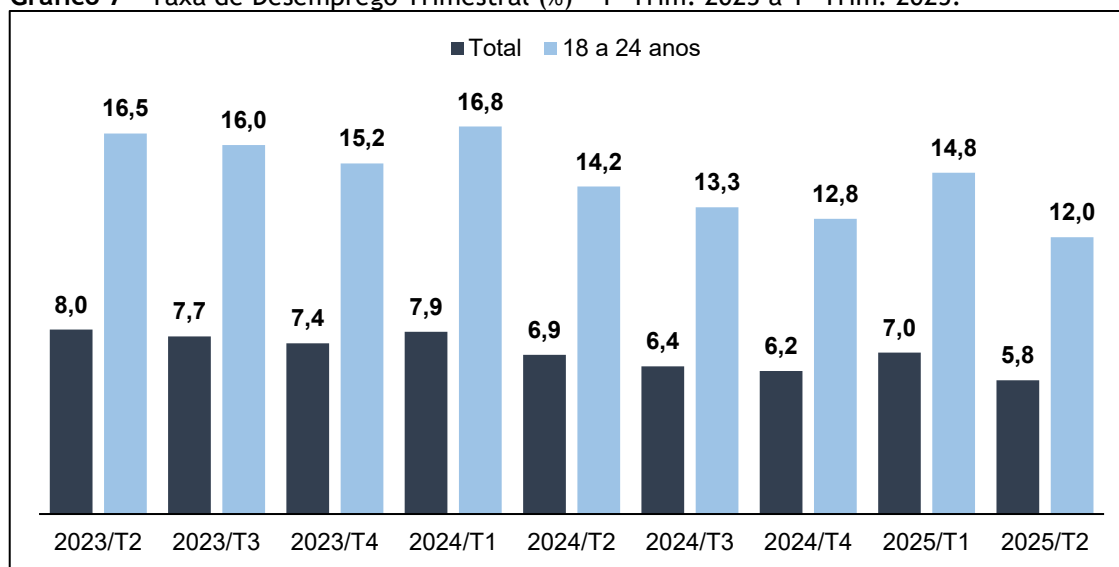
Em 2024, a inflação se acelerou para 4,83%, superando o teto da meta (4,50%) e acendendo alertas sobre a eficácia do controle de preços. Esse avanço resultou de uma combinação de pressões cambiais, custos elevados de energia e combustíveis, condições climáticas adversas e inércia inflacionária.

No decorrer de 2025, houve sinais iniciais de desaceleração. Em agosto, o IPCA registrou variação negativa de -0,11%, refletindo quedas nos preços de habitação (-0,90%), alimentos e bebidas (-0,46%) e transportes (-0,27%). Esse alívio pontual contribuiu para a revisão da projeção de inflação para 2025, que passou a ser de 4,80% — ainda acima da meta, mas com viés de queda. Para 2026, a projeção também foi ajustada para baixo, de 4,50% para 4,28%, indicando uma possível trajetória de estabilização.

A trajetória do IPCA está diretamente relacionada à condução da taxa Selic, principal instrumento do Banco Central para controlar a inflação. Diante da aceleração dos preços, o ciclo de cortes iniciado anteriormente foi interrompido, com a Selic sendo mantida em patamar elevado ao longo de 2024 e 2025. A estratégia visa restringir o crédito e desacelerar o consumo, afetando diretamente a demanda agregada.

Além dos efeitos sobre o consumo, a Selic elevada atua também sobre as expectativas do mercado. A manutenção de uma política monetária firme busca reancorar as expectativas inflacionárias, contribuindo para a credibilidade do regime de metas. Contudo, essa postura tem custos importantes: limita o investimento produtivo, desestimula o crescimento e pressiona o mercado de trabalho — como discutido em outras seções deste Boletim.

Gráfico 7 - Taxa de Desemprego Trimestral (%) - 1º Trim. 2023 a 1º Trim. 2025.



Fonte: IBGE-PNAD. Elaboração: Nupe/Unifor.

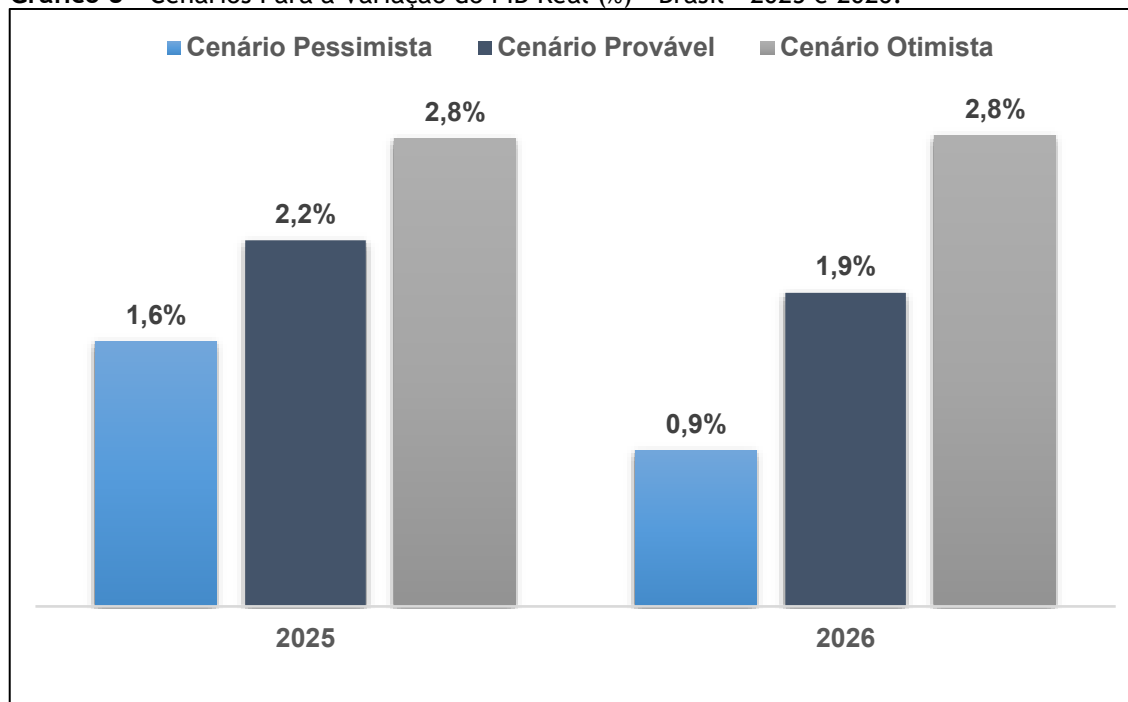
O comportamento da taxa de desemprego no Brasil, entre o primeiro trimestre de 2023 e o primeiro trimestre de 2025, ilustra a complexidade dos ciclos econômicos nacionais, das políticas públicas e dos desafios estruturais do mercado de trabalho. Após um período de quedas sucessivas, a recente alta no início de 2025, acompanhada da persistente elevação do desemprego entre os jovens, reforça a necessidade de uma análise detalhada dos fatores envolvidos.

De acordo com o "Gráfico 7", a taxa de desemprego total apresentou queda consistente, recuando de 8,8% no primeiro trimestre de 2023 para 6,2% no quarto trimestre de 2024. Esse movimento favorável decorre da retomada econômica pós-pandemia, marcada pelo controle gradual da inflação, início do ciclo de redução da Selic e ambiente mais propício ao investimento. Políticas de estímulo à demanda interna, como programas de transferência de renda, também sustentaram o consumo e, consequentemente, a geração de empregos - especialmente nos setores de serviços e comércio.

Entretanto, no primeiro trimestre de 2025, a taxa de desemprego subiu para 7,0%. Essa inflexão sinaliza que o dinamismo da recuperação pode sinalizar a perda força do mercado de trabalho. Entre os principais fatores estão a desaceleração da atividade econômica, com projeções de menor crescimento do PIB em 2025, e um ambiente fiscal ainda desafiador, que gera incertezas e reduz o ímpeto dos investimentos privados. O cenário internacional também contribui, com a reconfiguração da política comercial dos Estados Unidos e a maior volatilidade global, fatores que aumentam a cautela das empresas na contratação. Além disso, a sazonalidade do mercado, típica do início do ano após as contratações temporárias de fim de ano, pode explicar parte do aumento, embora a intensidade desse repique exija atenção.

O desemprego entre os jovens (18 a 24 anos) permanece um ponto crítico: a taxa caiu de 18,0% em 2023/T1 para 12,9% em 2024/T4, mas voltou a subir para 14,9% em 2025/T1 - mais que o dobro da média nacional. Essa disparidade revela questões estruturais do mercado de trabalho brasileiro, como a dificuldade de inserção de jovens, muitas vezes devido à falta de experiência, baixa qualificação e descompasso entre a formação oferecida e as demandas do setor produtivo. A transição para uma economia mais tecnológica amplia esse desafio, exigindo novas competências que nem sempre são desenvolvidas pelo sistema educacional. Soma-se a isso a precarização das relações de trabalho, que afeta desproporcionalmente os jovens em vagas mais instáveis e de baixa remuneração.

Gráfico 8 - Cenários Para a Variação do PIB Real (%) - Brasil - 2025 e 2026.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

O PIB brasileiro no decorrer do ano de 2025 vem sendo impactado pela alta da taxa SELIC, onde o nível da taxa de juros SELIC atual de 15,0% ainda é um limitador para os aumentos do consumo das famílias e dos investimentos das empresas. Além disso a guerra tarifária imposta pelo governo americano aos produtos exportados do Brasil aos Estados Unidos vem impondo incertezas quanto ao desempenho econômico e financeiro das empresas exportadoras impactadas pelas tarifas, além disso o Comitê de Mercado Aberto do Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos, reduziu em setembro de 2025 os juros básicos da economia do país em uma banda para o intervalo entre 4,0% e 4,25%, sendo a primeira redução verificada dentro de nove meses. Tanto a economia americana quanto maioria dos países desenvolvidos ainda estão convivendo com um ambiente de juros elevados, a partir de uma política monetária restritiva para controle inflacionário, gerando uma desaceleração do crescimento da economia mundial e aumentando as incertezas nas decisões de investimentos externos no Brasil. Por outro lado, o mercado de trabalho brasileiro mais aquecido em 2025 vem estimulando o consumo das famílias a partir do aumento da massa salarial e do controle inflacionário mantido pelo Banco Central. Já para o ano de 2026, a economia brasileira deve apresentar crescimento econômico próximo ao ano de 2025, que deverá ser impulsionado pela massa salarial e da esperada queda dos juros no Brasil e no exterior.

Dado o comportamento conjuntural da economia brasileira recente, bem como as previsões de agregados macroeconômicos apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB brasileiro, para os anos de 2025 e 2026, em três possíveis cenários (Gráfico 8). A economia do Brasil, para o cenário provável, registrará crescimentos de 2,2% e 1,9%, respectivamente para os anos de 2025 e 2026. No cenário pessimista espera-se crescimento de 1,6% para 2025, e 0,9% para 2026, enquanto para o cenário otimista espera-se expansões de 2,8% em 2025, e 2,8% em 2026.

CENÁRIO LOCAL

O Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará apresentou crescimento expressivo de 3,86% no segundo trimestre de 2025, em comparação ao mesmo período de 2024, superando o desempenho da economia brasileira no mesmo intervalo. No acumulado do ano, a alta foi de 4,15%, enquanto nos últimos quatro trimestres encerrados em junho de 2025, o avanço foi de 5,58%, evidenciando a robustez e consistência da economia estadual, mesmo diante de um cenário macroeconômico nacional desafiador.

O setor agropecuário foi o grande motor do crescimento cearense. No segundo trimestre de 2025, a agropecuária cresceu 17,73% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho foi impulsionado por chuvas acima da média e bem distribuídas, que permitiram altos rendimentos em culturas como milho, feijão, fava, melão e melancia. A melhoria da infraestrutura hídrica favoreceu o planejamento e a expansão das áreas irrigadas, com destaque para a fruticultura.

No acumulado do ano, o setor cresceu 17,66%, e no acumulado dos últimos quatro trimestres, a alta foi ainda mais expressiva, de 20,84%, consolidando a agropecuária como pilar central da dinâmica econômica cearense em 2025.

Tabela 1 - Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - Ceará - 1º Trim. 2024 a 1º Trim. 2025 (*).

Setores e Atividades	2º Trim. 2024 (**)	3º Trim. 2024 (**)	4º Trim. 2024 (**)	Ano de 2024 (**)	1º Trim. 2025 (**)	2º Trim. 2025 (**)	Acumulado no Ano (**)	Acumulado nos 4 últimos Trim (***)
Agropecuária	36,14	22,05	24,80	25,16	18,43	17,73	17,66	20,84
Indústria	8,23	12,25	9,86	10,65	2,87	3,54	3,43	7,55
Serviços	4,85	4,58	3,84	4,28	3,41	2,94	3,32	3,95
Valor Adicionado	7,27	7,42	6,20	6,71	4,26	3,96	4,24	5,75
PIB	7,04	7,17	5,99	6,49	4,18	3,86	4,15	5,58

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação ao mesmo período do ano anterior;

(***) Em comparação ao acumulado dos quatro trimestres imediatamente anterior.

A indústria cearense também manteve trajetória de crescimento, com alta de 3,54% no trimestre, puxada pelos segmentos de Indústria da Transformação e Construção. Setores como Metalurgia, Alimentos, Têxteis e Produtos Químicos tiveram desempenho relevante, contribuindo para a expansão do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria.

No acumulado do ano, o crescimento industrial foi de 3,43%, e no acumulado dos quatro últimos trimestres, 7,55%, demonstrando resiliência produtiva, mesmo em um ambiente de taxas de juros elevadas.

O setor de serviços cresceu 2,94% no segundo trimestre de 2025 frente ao mesmo período de 2024. Embora o ritmo tenha sido inferior ao da agropecuária, o desempenho foi relevante e próximo ao observado na indústria. No acumulado do ano, os serviços avançaram 3,32%, com destaque para o comércio, serviços de transporte e logística, serviços prestados às famílias e serviços financeiros.

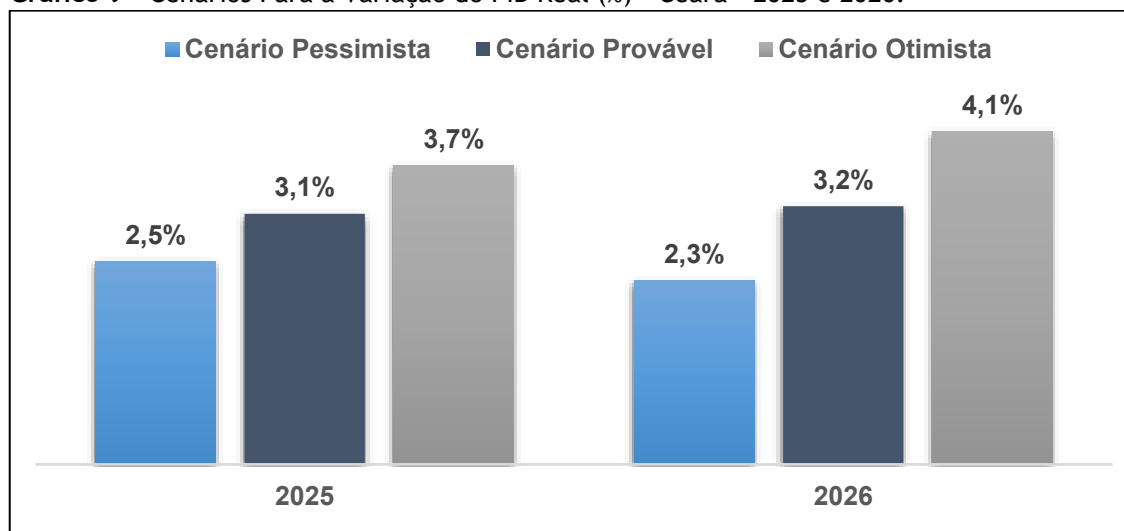
Esse bom desempenho do setor terciário contribuiu para a expansão do Valor Adicionado Bruto total, que cresceu 3,96% no trimestre, 4,24% no acumulado do ano e 5,75% nos últimos quatro trimestres.

Neste contexto, os dados do segundo trimestre de 2025 confirmam a resiliência e o dinamismo da economia cearense, que segue ganhando participação relativa no cenário nacional. O desempenho expressivo do setor agropecuário, com crescimento acumulado de 20,84% nos últimos quatro trimestres, evidencia os efeitos positivos das condições climáticas favoráveis e dos investimentos em infraestrutura hídrica.

A continuidade desse ciclo virtuoso, no entanto, dependerá da capacidade do Estado de manter a diversificação setorial, fortalecer sua base industrial e ampliar os serviços de maior valor agregado, garantindo assim crescimento sustentável e geração de emprego de qualidade.

De acordo com o comportamento do PIB do Ceará e de sua relação com o PIB do Brasil, bem como as análises conjunturais e os cenários apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB cearense para os anos de 2025 e 2026, em três possíveis cenários (Gráfico 9). A economia cearense, para o cenário provável, registrará crescimento de 3,1% para o ano de 2025, e 3,2% para o ano de 2026. Já no cenário pessimista espera-se crescimentos de 2,5% para 2025, e de 2,3% para 2026, enquanto para o cenário otimista, espera-se um aumento de 3,7% em 2025, e 4,1% em 2026.

Gráfico 9 - Cenários Para a Variação do PIB Real (%) - Ceará - 2025 e 2026.



Fonte: IPECE e NUPE. Elaboração: Nupe/Unifor.

Autores:

Alexandra Carla Elias Oliveira
 Ana Lia Costa Carneiro
 Ana Luiza Cavalcante Alencar
 Andre Araujo Queiroz
 Brenda Rodrigues Cavalcante
 Clayton José da Silva Viana Junior
 Djailson Pereira Do Nascimento
 Emilio de Medeiros Viana Filho
 Enzo Costa Martins Pereira
 Francisca Emilly Pinheiro Lopes
 Francisco Felipe Silva Rodrigues
 Francisco Matheus de Oliveira Viana
 Frank Carlos Magnu Almeida Chaves
 Fábio Carneiro da Costa
 Gardel Dias da Assunção
 Isabele Barbosa de Maria da Silva
 João Otávio Pinto Serra
 Jose Caio de Souza
 Leandro Sparapan Piekazevicz
 Marcus André Rodrigues Jerônimo André Ro
 Maria Clara Cavalcante Guilherme
 Roberto Gonçalves Regadas

